



SOBRE A SUSPENSÃO AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO ESCLARECIMENTOS (A) VÁRIOS

SUSPENSÃO DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ESCLARECIMENTO AOS PROFESSORES E EDUCADORES

A suspensão da avaliação de desempenho, tal como foi concretizada pela Assembleia da República, não cria qualquer problema de carreira ou contratação aos docentes, pelo contrário, retira dos seus ombros uma carga inútil de burocracia, de problemas, de conflitos. Assim, relativamente a algumas dúvidas que têm surgido, esclarece-se que:

- Para efeitos de concursos de contratação, este ano, é considerada a avaliação do ano anterior;

- Para contagem do tempo de serviço relativo ao biénio 2009/2011 e avaliação, este ano, dos docentes contratados, o procedimento avaliativo a adoptar será o que foi estabelecido para a "apreciação intercalar" que vigorou até 31/12/2010 para quem progrediu na carreira;

- Para outras situações que, eventualmente, necessitem de ser esclarecidas, já não competirá ao governo demissionário fazê-lo, mas ao seguinte com quem será negociado um modelo diferente e as normas de transição entre modelos;

- Logo que a Lei aprovada na Assembleia da República seja publicada, fica revogado o Decreto Regulamentar 2/2010, de 23 de Junho, não havendo lugar a quaisquer procedimentos avaliativos nele previstos. Os procedimentos já realizados deverão constar do "*documento de auto-avaliação, não sujeito a regra formal*" a apresentar pelo docente, dando cumprimento ao disposto no artigo 3.º da Lei aprovada pela Assembleia da República.

SUSPENSÃO DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ESCLARECIMENTO AO SENHOR PRIMEIRO-MINISTRO

Em declaração que fez no domingo, 27 de Março, o Primeiro-Ministro, José Sócrates, afirmou que seria preciso explicar aos professores que tiveram Excelente e Muito Bom por que tinha sido suspensa a avaliação do desempenho. Ora, a avaliação de desempenho suspensa foi a do ciclo em curso e não a do ciclo anterior, que já terminou e cujas menções já foram atribuídas.

Relativamente àqueles professores, bem como em relação a todos os que obtiveram a menção de Bom, quem deve uma explicação aos professores é o Senhor Primeiro-Ministro, José Sócrates, e o seu governo. Deve ser explicado a todos os professores por

que é que, tendo sido avaliados com Bom ou menção superior, estão impedidos de progredir desde Janeiro, viram as suas carreiras congeladas, não lhes está a ser contado o tempo de serviço em 2011 e foi imposto um roubo mensal ao seu salário.

Os Professores e Educadores, Senhor Primeiro-Ministro, aguardam as suas explicações e um pedido de desculpas!

SUSPENSÃO DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ESCLARECIMENTO AO GRUPO PARLAMENTAR DO PS

Fez correr o grupo parlamentar do PS que não teria eficácia a suspensão da avaliação, pois as duas leis a aprovar pelo Parlamento não teriam tempo de regressar ao plenário, dada a previsível dissolução da Assembleia da República para muito breve. Felizmente, feito o alerta, foi possível ultrapassar o problema, com a aprovação global e final de uma só lei, que resultou da fusão dos dois projectos apresentados.

Mais difícil se torna o pedido de fiscalização sucessiva da constitucionalidade, que o grupo parlamentar do PS pretenderia requerer, precisamente devido à previsível dissolução da AR antes da publicação da Lei aprovada.

Poderia, no entanto, o grupo parlamentar do PS aproveitar os dias que antecedem a dissolução da Assembleia da República para requerer a fiscalização sucessiva e abstracta da constitucionalidade de outras medidas, tais como a redução do salário ou o congelamento das carreiras. Mereceria, decerto, o reconhecimento dos professores!

SUSPENSÃO DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ESCLARECIMENTO À SENHORA MINISTRA DA EDUCAÇÃO

O regime de avaliação de desempenho agora suspenso nunca mereceu o acordo das organizações sindicais. Integrou um acordo sobre carreiras, mas constituiu matéria de que, como consta da acta da reunião realizada, a FENPROF discordou, declarando que tudo faria para a alterar. Foi, por isso, difícil a decisão sobre a assinatura de tal acordo. No entanto, a eliminação da divisão da carreira e a progressão de milhares de docentes que, há anos, não o conseguiam, a par do compromisso de realização de concurso nacional em 2011, contribuíram para que o acordo se fizesse.

Foi o governo, como a Senhora Ministra reconheceu em reunião com a FENPROF, que não cumpriu o acordo, nem honrou o compromisso. Rompeu o acordo quando impôs o congelamento das progressões, impediu milhares de docentes de progredirem em 2011, aumentou um ano o tempo de permanência nos escalões e reduziu unilateralmente o valor das remunerações; desrespeitou o compromisso quando anunciou não realizar o concurso!

Só por falta de seriedade política poderá ser alegado o acordo para justificar a não suspensão do actual regime de avaliação!



FENPROF

Federação Nacional
dos Professores



Regime de avaliação do desempenho foi suspenso

Marcha da Educação cresce de importância!

Saudação

A FENPROF saúda os professores e educadores pela suspensão do actual regime de avaliação de desempenho dos docentes. Livram-se, assim, escolas e docentes, de uma inutilidade que em vez de resolver problemas os agravou, que em vez de tranquilizar as escolas constituiu factor de perturbação, que em vez de promover a cooperação semeou conflitos. Uma inutilidade porque, não sendo formativo, este modelo destinava-se quase só a garantir o que foi "congelado": a progressão nas carreiras. Num momento em que as escolas estão prestes a entrar numa fase decisiva do ano, o seu terceiro período, a suspensão deste modelo de avaliação do desempenho deverá ser particularmente saudado, até porque, nesse sentido, muito contribuiu a luta dos professores.

O acordo sobre a carreira

O Governo, repetidamente, afirma que este modelo de avaliação resultaria de um acordo com os sindicatos, esquecendo-se de acrescentar que tal acordo incidiu essencialmente sobre a carreira, sendo a avaliação o seu aspecto mais negativo. A FENPROF denunciou, desde logo, esse facto, demarcando-se de forma bem notória em termos públicos.

O desacordo da FENPROF ficou, desde logo, registado na Acta assinada no dia do Acordo, ao declarar *"Que assinava o Acordo proposto pelo ME na medida em que ele, além de eliminar a divisão entre professores e professores titulares, concretizava um princípio que considerava fundamental: A garantia de todos os professores com a menção de Bom, com a majoração estabelecida, chegarem ao topo da carreira. Todavia, afirmou que discordava de diversas soluções que o Acordo continha, designadamente o não reposicionamento no escalão mediante a contagem integral do tempo de serviço, a existência de quotas na avaliação de desempenho para as menções de Muito Bom e Excelente, a existência de vagas para progressão aos 5º e 7º escalões e algumas disposições relativas à avaliação de desempenho, tendo acrescentado que a FENPROF continuaria a pugnar pela alteração daqueles aspectos."*

O que foi efectivamente acordado, com excepção para o actual modelo de avaliação de desempenho, foi desrespeitado pelo ME, tendo o seu não cumprimento impedido milhares de professores de progredirem na carreira, conforme o tempo de permanência estabelecido nos escalões.

Só por falta de seriedade política pode alguém alegar tal acordo em sua defesa quando impôs, por força do Orçamento de Estado para 2011, o congelamento das progressões e reduziu unilateralmente o valor das remunerações de cada escalão.

É ainda de referir que esta avaliação, ao contrário das afirmações da Ministra da Educação, não estava a ser aplicada com normalidade nas escolas, como atestam as centenas de posições por estas tornadas públicas, assim como pelos próprios dirigentes das escolas. Foi a FENPROF – convém recordar – que, face a tão evidente constatação da anormalidade deste processo, exigiu a sua suspensão, quer junto do Governo, quer da Assembleia da República, logo no final do 1º período lectivo do ano em curso.

Problemas que persistem

No entanto, convém reafirmar que a avaliação de desempenho dos docentes sendo um problema das escolas e dos professores não é o único problema. As dimensões da crise que se abate sobre as escolas e os docentes são inúmeras e nenhuma das restantes fica solucionada com a suspensão da avaliação do desempenho ou, mesmo, com a demissão do governo. Senão vejamos: **redução do financiamento** das escolas, **encerramentos**, criação de **mega-agrupamentos**, **normas para a organização e funcionamento** das escolas em 2011/2012, medidas diversas impostas pelo Orçamento de Estado e de que resultará a **eliminação de milhares de horários** em Setembro, risco de **desemprego para milhares de docentes**, transferência de financiamentos para **incertos fundos comunitários**, arrastamento da **precariedade** devido à **não realização de concurso** como era compromisso, manutenção do **roubo mensal nos salários**, **pagamento ilegal** do serviço extraordinário e tantas outras questões que afectam gravemente as escolas, agravam as condições de trabalho dos docentes e atentam contra os seus direitos sócio-profissionais.

A Marcha Nacional pela Educação

O momento que se vive é muito importante para o futuro da Educação e pleno de oportunidades de mudança. É necessário, aproveitando-o, garantir que serão mudanças de sentido positivo e, por essa razão, torna-se indispensável fazer ouvir a voz e as razões dos que defendem dias (muito) melhores para a Educação. A **Marcha Nacional pela Educação**, a realizar em 2 de Abril, em Lisboa, será uma grande oportunidade de a comunidade educativa fazer ouvir a sua voz!

Lisboa, 26 de Março de 2011

O Conselho Nacional da FENPROF

